

**TIRIBA, Léa. Educação Infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. São Paulo: Paz & Terra, 2021. 308 p.**

Bianca Polli\*

 <https://orcid.org/0009-0004-4768-032X>

Daiana Camargo\*\*

 <https://orcid.org/0000-0002-1931-5577>

A obra *Educação infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias*, de autoria da educadora ambientalista Léa Tiriba, foi publicada em 2018, com a segunda edição lançada em 2021 pela Editora Paz & Terra. O livro possui 308 páginas e está organizado em duas partes, com 11 capítulos.

O trabalho de Léa Tiriba (2021) foi desenvolvido por meio de uma ampla pesquisa de campo e bibliográfica. Ele questiona as muitas horas em que as crianças da Educação Infantil passam nos espaços internos – emparedados – nas instituições, apontando caminhos para uma educação comprometida com a saúde das crianças e do Planeta. Inspirada em pensadores libertários, como Paulo Freire, Lev Vygotsky, Félix Guattari, Boaventura de Souza Santos, Leonardo Boff e outros, a autora nos convida a adotar uma postura de solidariedade planetária.

\* Acadêmica de Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <biancapollirodrigues@gmail.com>.

\*\* Doutora em Ciências da Educação pela *Universidad Nacional de La Plata* (UNLP), Argentina. Professora no Departamento de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <camargo.daiana@hotmail.com>.

A primeira parte, denominada “Educação Infantil: liberdade ou aprisionamento?”, é composta por cinco capítulos que versam sobre: 1. A pesquisa como questionamento do paradigma moderno; 2. A natureza como lugar da sujeira, da doença, do perigo, do incontornável, da liberdade; 3. O emparedamento oficializado; 4. À disposição de que estarão as crianças, se não estão à disposição de si mesmas?; 5. O desafio de educar e cuidar: saber feminino, amor entre os humanos e respeito à biodiversidade.

A segunda parte, intitulada “Educação Infantil como direito e alegria”, é composta por seis partes, a saber: 6. Se quisermos um cotidiano melhor, será preciso inventá-lo!; 7. Reconectar-se com a natureza, desemparedar; 8. Dizer não ao consumismo e ao desperdício; 9. Redesenhar os caminhos de conhecer?; 10. Dizer sim às vontades do corpo; 11. Aprender-e-ensinar a democracia.

Ao final, são apresentados os trechos “Finalizando para recomeçar”, “Notas”, “Biografia” e “Agradecimento”.

A obra oferece uma valiosa contribuição para a educação ao evidenciar a Educação Infantil e as práticas voltadas às crianças. Destaca a importância de uma abordagem alternativa em relação ao modelo tradicional de educação, a partir de uma solidariedade global que promove o movimento, a criatividade, a liberdade de escolha e encontros alegres. A autora ressalta alguns temas fundamentais, como reconectar-se com a natureza e desemparedar; dizer não ao consumismo e ao desperdício; redesenhar os caminhos de conhecer; dizer sim às vontades do corpo; aprender-e-ensinar a democracia (Tiriba, 2017).

Na primeira parte, o primeiro capítulo retrata casos e patologias presentes em Centros de Educação Infantil localizados em áreas cobertas por pedra brita de Blumenau, que constituem o campo de pesquisa da autora. O capítulo discorre sobre a história desse campo de pesquisa, justificando a escolha e os métodos utilizados. Além disso, faz uma análise sobre o contexto dos pequenos e o cenário da época, bem como os questionamentos norteadores da intervenção. Contudo, a pesquisa realça a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre a história da cidade e de contribuições significativas para a qualidade de vida das crianças.

No segundo capítulo, por meio de relatos de educadoras, Tiriba explora a relação entre as crianças e a natureza, salientando o distanciamento crescente do mundo natural, uma vez que as crianças passam a maior parte do tempo emparedadas, mesmo havendo consciência de que elas têm paixão pelo ambiente natural. Além disso, são sinalizados os receios de que as crianças adoeçam e as dinâmicas de limpeza, que limitam o contato com o ambiente externo. Frequentemente, a natureza assume o caráter de lugar incontornável, o que justificaria o fato de as educadoras manterem o “controle” sobre as crianças dentro da sala de aula. Por isso, a autora afirma que a natureza acaba não sendo vista como princípio do projeto pedagógico na Educação Infantil.

No terceiro capítulo, é evidenciada a naturalização do emparedamento, a partir de documentos que valorizam o contato com a natureza em seu conteúdo, o que não se reflete na prática das instituições escolares. Nesse contexto, as referências legais apontam caminhos para que as práticas pedagógicas avancem em direção ao estímulo do convívio com o mundo natural.

No quarto capítulo, é destacado que, apesar da paixão natural das crianças pela natureza, o movimento dos adultos é no sentido de distanciá-las desse ambiente, promovendo culturas de limpeza e adotando uma ideologia centrada nos espaços construídos e no higienismo. Esses fenômenos são considerados os principais responsáveis pelo emparedamento das crianças. A autora reitera a necessidade urgente de revisar as práticas pedagógicas, de modo a garantir que as relações próximas com elementos naturais sejam compreendidas como um direito humano.

No último capítulo da primeira parte, a autora apresenta reflexões sobre a constituição de uma visão de mundo na qual a separação entre cultura e natureza ignora e desrespeita esse direito, e sobre como esse dualismo se origina e se expande na sociedade, gerando outras dualidades. O foco é direcionado para a instituição escolar como reprodutora dessas dualidades e os desafios encontrados nesse contexto.

Na segunda parte do livro, no sexto capítulo, é abordada a urgência de superar a concepção de escola que nasceu durante a Revolução Industrial e educar para uma nova perspectiva de sociedade sustentável. No sétimo capítulo, emerge o tema do desemparedamento, no qual Tiriba sublinha que a escuta das crianças conduzirá ao encontro dos caminhos necessários. Dessa forma, torna-se imprescindível reinventar uma pedagogia que se estruture na contramão do controle do corpo e da submissão, elementos que afastam dos ambientes naturais, compreendendo novamente esse acesso como direito humano fundamental.

No oitavo capítulo, a autora faz considerações significativas sobre a necessidade de superar o consumismo e o desperdício, além de reforçar ser crucial a constituição de um espaço educador sustentável. Isso envolve a revisão das concepções presentes nos currículos escolares e a atuação como um exemplo positivo nesse sentido. No nono capítulo, destaca-se o modo de se conceber a natureza sob diferentes perspectivas que afetam os seres humanos. Assim, o emparedamento é reflexo dessas perspectivas nos currículos escolares. No bojo dessas reflexões, Léa Tiriba refere-se à importância do viver e conhecer, em que o dia a dia é o espaço-tempo do conhecimento no qual experiências significativas com a natureza são essenciais.

No décimo capítulo, a autora tece considerações sobre o lugar que o corpo ocupa na sociedade, incorporando concepções de Espinosa (1983). Tiriba ressalta que o aprisionamento das crianças em sala de aula é algo a ser superado, abandonando-se o silenciamento do corpo que ocorre nas escolas. Ela defende a promoção do aconchego do corpo nesses ambientes, por meio da organização de um espaço favorável ao movimento e que facilite o acesso aos espaços e materiais. Dessa forma, será possível dizer sim às vontades do corpo.

Por fim, no último capítulo, são demonstradas as regras que impedem a proximidade com a natureza, favorecendo ou não modos democráticos de convivência. São abordadas questões relacionadas à democracia, em busca de referências nos saberes dos povos tradicionais e de enfatizar o exercício de uma democracia que engloba seres humanos e não humanos como forma de convivência. Portanto, é por meio da democracia que se torna viável uma escola amorosa, fundamentada na ética do cuidado.

Em “Finalizando para Recomeçar”, Léa Tiriba faz seus últimos apontamentos sobre a Educação Infantil como direito e alegria, reafirmando que a felicidade não é uma mercadoria e deve estar acessível para todos, nutrindo sonhos e utopias.

A leitura da obra *Educação infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias* é imperativa aos profissionais da Educação Infantil, bem como para os demais envolvidos nessa etapa de ensino, incluindo professores, estudantes e pesquisadores da Educação. Ela desperta para a compreensão da imprescindibilidade da Educação Infantil como um direito das crianças e como espaço de construção de identidades e subjetividades.

Ao abordar uma perspectiva crítica e reflexiva sobre as pedagogias populares e libertárias, Tiriba enfatiza a urgência de uma educação que respeite as diferenças e valorize as diversidades, salientando a relevância de formar sujeitos críticos e autônomos, sobretudo capacitados para transformar a realidade à sua volta.

## Referências

ESPINOSA, B. de. **Ética**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

TIRIBA, L. Educação Infantil como direito e alegria. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 3, n. 1, p. 72-86, jan./abr. 2017.

TIRIBA, L. **Educação Infantil como direito e alegria**: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. 2. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

*Recebido em 19/03/2024*

*Versão corrigida recebida em 30/04/20234*

*Aceito em 30/04/2024*

*Publicado online em 05/05/2024*